

## **Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)**

Gissele Cassol / UFSM

**Resumo:** O enfrentamento ideológico ocorrido entre o capitalismo e o socialismo durante a Guerra Fria teve como um de seus desdobramentos a ascensão de ditaduras civil-militares nos países latinos. Esses regimes, alicerçados sobre as bases da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), lançaram mão do Terror de Estado para enfrentar seus opositores políticos. O combate ao “inimigo interno” provocou a extinção das fronteiras políticas em favor de fronteiras ideológicas e a formação de uma teia de relações entre os aparatos repressivos dessas ditaduras. Nesse contexto está a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985). O significativo número de casos de brasileiros presos no Uruguai e de uruguaios presos no Brasil atesta essa relação e evidencia que ela não dependeu exclusivamente da Operação Condor.

**Palavras-Chave:** Brasil, Uruguai, colaboração repressiva.

Muito se tem falado sobre a Operação Condor para explicar a caçada de opositores políticos em outros países, especialmente depois da descoberta dos Arquivos do Terror, no Paraguai. No entanto, não se pode perder de vista que essa operação se consolida somente em 1976 e, muito antes disso, inúmeras pessoas já haviam sido presas e torturadas em terra estrangeira. Ou seja, ao mesmo tempo em que não se pode relegar a importância desse operativo, torna-se falho o argumento alicerçado exclusivamente sobre os vôos da Condor.

No que tange especificamente ao intercâmbio repressivo entre Brasil e Uruguai, há tempos suas respectivas polícias mantinham contatos e trocavam informações entre si. Um tratado datado de 1920, organizado na Conferência Policial de Buenos Aires, foi ratificado por Vargas em 1933. Nele, os países-membros ficavam comprometidos a enviar, de forma permanente, informações úteis “sobre tentativas ou execução de feitos anárquicos (...) tendentes à alteração da ordem social (...) ou qualquer outro movimento que se possa considerar subversivo”.<sup>1</sup> No palco da Guerra Fria, a colaboração policial ganhou o reforço da DSN. O “inimigo interno” tornou-se inimigo comum a todos, uma vez que as próprias fronteiras territoriais políticas se eclipsaram em favor de uma invisível fronteira ideológica que passou a demarcar com precisão o “patriota” e o “comunista subversivo”. No interior dessa dicotomia, brotou o Terror de Estado, principal instrumento para consolidar em terras latinas a hegemonia dos Estados Unidos sob o viés da repressão.

---

<sup>1</sup> KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004, p. 265.

2

Centenas de perseguidos políticos foram apanhadas pela Operação Condor. Contudo, percebe-se que o maior número de vítimas se situa na relação entre Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai.<sup>2</sup> E a explicação para a não muito significativa participação brasileira é relativamente simples: em 1976, quando a coordenação repressiva estourou com força, o Brasil estava iniciando a abertura. Pode-se afirmar que houve um *descompasso temporal* entre o Brasil e a Condor. Desde 1964, os militares brasileiros já eliminavam sua oposição política: cassações, prisões arbitrárias, exílio, torturas... Em 1976, não era mais conveniente participar ativamente de ações de grande porte; colaborar, cooperar, exportar *know-how* repressivo parecia mais prudente. A relação estabelecida entre as repressões de Brasil e Uruguai, a partir de 1964, diz respeito à vigilância e monitoramento dos brasileiros que fugiram para o Uruguai após o golpe, atraídos pela proximidade geográfica e pela ainda vigente democracia uruguaia. Além disso, o elevado número de exilados permitiria a articulação de um forte grupo de contestação à ditadura no exílio.<sup>3</sup> Inúmeros foram os pedidos de asilo feitos por brasileiros em fins da década de 1960.<sup>4</sup>

A ascensão de Pacheco Areco à Presidência uruguaia delineou novas características no trato com a oposição interna. A partir de então, os serviços de inteligência de ambos os países harmonizaram suas práticas em busca de estrangeiros “subversivos”, uma vez que era possível a penetração de alguns integrantes do movimento *Tupamaro* em território brasileiro.

Por causa dessa colaboração, sempre pairou uma densa nuvem de suspeitas sobre o ataque cardíaco fulminante do ex-presidente João Goulart, em 1976. As dúvidas sobre as circunstâncias de sua morte confirmaram-se recentemente, através do depoimento do ex-agente uruguaio Mario Barreiro. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Barreiro deu detalhes sobre a Operação Escorpião, responsável pela execução: a morte teria sido causada pela ingestão de um comprimido envenenado.

Além de confirmar a vigilância sobre Jango – “Eu o monitorei de meados de 1973 até sua morte [...]. Monitorei tudo o que falava”,<sup>5</sup> o ex-agente uruguaio aponta Sérgio Fleury

<sup>2</sup> MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 19-21.

<sup>3</sup> MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, p. 25-26.

<sup>4</sup> Ver CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. In: *Marcha*. Montevideo, 28 nov. 1969, p. 15.

<sup>5</sup> IGLESIAS, Simone. Goulart foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. *Folha de São Paulo*, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200802.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

3

como sendo a ligação entre as repressões nesse operativo e que, por determinação de Geisel, Fleury ordenou a eliminação de Jango.<sup>6</sup>

Caso surjam provas materiais sobre este provável assassinato, haveria então entre as ditaduras de Brasil e Uruguai o primeiro caso confirmado de morte na Operação Condor envolvendo esses dois países e seus aparatos repressivos.

Os casos que a seguir elucidam a íntima relação entre as inteligências de um Brasil ditatorial desde 1964, seguidor de uma doutrina fortemente repressiva, e de um Uruguai supostamente democrático. Esses operativos foram realizados clandestinamente, colocando a tão decantada “soberania nacional” em segundo plano.

### **Brasileiros presos no Uruguai**

O caso de Cláudio Gutiérrez ilustra bem o grau de cooperação existente entre a ditadura brasileira e o governo uruguaio, no que seria, talvez, o primórdio da Operação Condor: em fins de outubro de 1968, depois de condenado em Porto Alegre por tentativa de reabertura de entidade ilegal, Gutiérrez estabeleceu-se numa pensão estudantil em Montevidéu. Concomitantemente, no Brasil, muitos militantes foram presos em São Paulo, e Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi assassinado. Devido a essas quedas, acabaria sendo preso também Frei Betto. Para Gutiérrez, “quando caiu preso o Frei Betto, caiu o esquema de fronteira” do qual ele fazia parte juntamente com Frei Betto.<sup>7</sup> Em dez dias, o pedido da polícia brasileira foi prontamente executado: o “DOPS” uruguaio, *Inteligencia y Enlace*, cercou a pensão e seqüestrou Gutiérrez. Em sua companhia estava Euclides Garcia Paes de Almeida. Ambos foram levados primeiramente à *Inteligência y Enlace*; depois, à noite, ao Palácio da Polícia. No cárcere, Euclides teve a idéia de fazer um bilhete e anexá-la a uma cédula de cem pesos que tinham consigo, denunciando a prisão e pedindo para avisar ao jornal de esquerda *De Frente*. Conseguiram jogar o bilhete na rua durante o traslado para o *Centro General de Instrucción para Oficiales de Reserva* (CGIOR).<sup>8</sup>

<sup>6</sup> IGLESIAS, Simone. Fleury deu a ordem final, diz ex-agente. *Folha de São Paulo*, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200804.htm>>. Acesso em 29 jan. 2008.

<sup>7</sup> Ver GUTIÉRREZ, Claudio: *Depoimento* [fev. 2007]. Entrevistadora: Gissele Cassol. Porto Alegre, 2007. 67,6 Mb.

<sup>8</sup> GUTIÉRREZ, op. cit., 2007.

4

No dia em que a matéria-denúncia foi capa do *De Frente*, iniciaram-se movimentações para deportá-los. Contudo, a fim de evitar a deportação ilegal e a tortura que o aguardava, Gutiérrez, com um pedaço de vidro, cortaria seu braço esquerdo de modo forçar uma internação hospitalar. Por sorte, o centro de atendimento mais próximo era uma clínica do Sindicato Médico do Uruguai, vinculado à esquerda. Ali foi possível contatar seu advogado, Edmundo Soares Netto. O caso voltaria a ter notoriedade na imprensa, e logo Gutiérrez seria transferido ao hospital militar.<sup>9</sup> No carro em que foi levado, estavam policiais brasileiros que falavam português. No hospital, os policiais arriscavam um sofrível “portunhol”.<sup>10</sup> Policiais gaúchos foram vistos no Uruguai durante esse período. No jornal *Marcha*, um artigo explicita a incursão de Fleury em território uruguaio com a finalidade de reunir-se com oficiais da repressão daquele país. É provável que Fleury estivesse no Uruguai acompanhando as operações, pois eram de sua responsabilidade as investigações sobre o esquema de fronteiras da ALN.<sup>11</sup>

Acerca da tortura, Gutiérrez explica que ficou cerca de vinte e quatro horas em pé, com os braços abertos, e qualquer movimento era motivo para apanhar, tortura que ficou conhecida como “Plantão”. Já no Brasil, afirma que os espancamentos eram bem piores, mas que nunca foi torturado no pau-de-arara ou com choque elétrico.<sup>12</sup>

Euclides Garcia Paes de Almeida era estudante e tinha ligações com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de São Paulo. Com a ida de Gutiérrez ao hospital, frustrou-se igualmente sua deportação, sendo libertado logo em seguida.

Nessa mesma época, o paulista Caio Venâncio Martins também estava encarcerado em terras orientais. Estudante de Direito, era vinculado à ALN. Como vários de seus colegas de faculdade estavam desaparecendo, decidiu ir para o Uruguai. Em seis meses, chegaria a Santana do Livramento, rumo à Montevideu. Sua prisão foi facilitada por ele próprio ao fazer seu pedido de asilo político: ele o encaminhou pelo Ministério das Relações Exteriores, ou seja, pela polícia. Tratado amavelmente, teve seu pedido de asilo confirmado. No dia seguinte, foi preso e levado ao CGIOR, sob o pretexto de ter dado declarações à imprensa.<sup>13</sup> Caio, Cláudio e Euclides acabaram ficando detidos no mesmo quartel, onde souberam que,

<sup>9</sup> GUTIÉRREZ, Claudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999, p. 95.

<sup>10</sup> GUTIÉRREZ, 2007, entrevista cit.

<sup>11</sup> CORREA, op. cit.

<sup>12</sup> GUTIÉRREZ, entrevista cit., 2007.

<sup>13</sup> CORREA, op. cit.

5

havia poucos dias, Wilson do Nascimento Barbosa, professor de História, ligado à ALN, foi devolvido ilegalmente à ditadura brasileira. No interrogatório prestado à Auditoria Militar brasileira, Wilson descreveu sua trajetória, afirmando

[...] que esteve preso cinquenta e três dias, sendo posteriormente deportado para o Brasil e entregue ao Exército brasileiro, na cidade de Livramento, fronteira do Brasil com o Uruguai; que quer declarar ainda que, no Brasil, prestou depois de preso seis depoimentos: no 7º RC em Livramento, no 18º RI em Porto Alegre; na 3ª Cia. da PE, em Porto Alegre; no DOPS de Porto Alegre e no 18º RI, a pedido do Delegado de Ordem Política de São Paulo (Delegado Fleury) [...].<sup>14</sup>

Barbosa estaria de passagem no Uruguai; seu destino era Cuba, em função de uma bolsa de estudos. Duas pessoas, apresentando-se como sendo advogados de sua família, perguntavam por ele. Em poucos dias, espalhou-se a notícia de que ele teria retornado ao Brasil.<sup>15</sup> Acredita-se que tenha sido seqüestrado no lugar onde morava.<sup>16</sup>

Outra mostra dessa cooperação se deu quando, a pedido do Exército brasileiro, a repressão uruguaia seqüestrou em Montevideú, em agosto de 1969, o jornalista Jorge de Miranda Jordão, exilado no Uruguai após sua demissão no jornal *Folha da Tarde*. Numa manhã, chegou cedo a um hotel, onde entrou em contato com um asilado que, em seguida, foi vê-lo. Jordão havia saído acompanhado por uma mulher. Cinco dias depois, apareceu detido em Porto Alegre.<sup>17</sup> Quem o seqüestrou foi o delegado Otero, conhecido no Uruguai como “matador de Tupamaros”, e o levou à fronteira, onde seria “oficialmente ‘solto’ no lado uruguaio na ponte que une os dois países, junto à cidade gaúcha de Jaguarão. Cruzou a pé e, ao atingir o lado brasileiro, foi preso”.<sup>18</sup> Jordão tinha amizade com vários “subversivos” do regime ditatorial brasileiro, e acabou tornando-se o “motorista” da ALN, papel fundamental para as ações do grupo e muito bem camuflado sob sua aparência aristocrática e nacionalista. Escapou da tortura na prisão brasileira por ser bisneto do Patrono do Exército, Duque de Caxias.<sup>19</sup>

Sebastião Mendes Filho, que estava preso no Uruguai, reapareceu misteriosamente no Brasil, mas conseguiu escapar e retornar para lá. Seu irmão, Tarcino Guimarães Mendes,

<sup>14</sup> Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria. Wilson do Nascimento Barbosa. Brasil: nunca mais. Tomo V. V. 3, p. 916, apud BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*. Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 225.

<sup>15</sup> CORREA, loc. cit.

<sup>16</sup> GUTIÉRREZ, entrevista cit ., 2007.

<sup>17</sup> CORREA, loc. cit.

<sup>18</sup> TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999, p. 112.

<sup>19</sup> Ibid., p. 112-113.

6

sacerdote, levou aos uruguaios um certificado dado pelas autoridades brasileiras no qual constava que Sebastião não era procurado no Brasil. Contudo, também foi preso em Artigas.<sup>20</sup>

A ilegalidade desses procedimentos nem sempre se manteve na clandestinidade, haja vista que um dos responsáveis por esse intercâmbio chegou a assumir publicamente a troca de favores no caso de José Calvet:

Esta sorpresiva demanda, que en otros tempos hubiera despertado un revuelo de indignación [...] se correspondía con otras declaraciones anteriores del mismo jerarca [Jaime Mariath, Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul] donde anunciaba que José Calvet, un refugiado que había podido escapar al cerco del DOPS, *había sido entregado por las autoridades uruguayas*.<sup>21</sup>

Acusado de “subversão”, o veterinário Haroldo Collares de Irazoqui foi detido em 1972. Seu crime teria sido uma tentativa de sabotagem à eletricidade uruguaia. Filho de pai uruguaio, Collares, embora brasileiro, residia há muito tempo no Uruguai, pois herdara a fazenda matriz do grupo IRAZOQUI Y HIJOS, em Paso de Los Toros. De fato, sua indústria pesqueira, às margens de uma hidrelétrica, nada teve a ver com sua detenção. O que o levou à cadeia foi a sua candidatura à prefeitura de Tacuarembó, pela Frente Ampla, e suas ligações com líderes de esquerda.<sup>22</sup> Preso, foi levado para Tacuarembó, para Rivera e, posteriormente, para o Penal Libertad. Por medida de segurança e sem provas, obteve condenação de 8 anos de reclusão.

O fechamento do cerco aos *Tupamaros* acarretou na prisão de Flávia Schilling, em 1972. No ato de sua detenção, tentou fugir, e foi baleada gravemente no pescoço. No entanto, os fatos desse episódio apontam que a prisão não teve relação direta com a polícia ou com os militares brasileiros. Flávia mesma confirma que “talvez tenha havido alguma participação”, mas não ficou sabendo, pois não teve “indícios a respeito”.<sup>23</sup>

Após três anos de interrogatórios e seções de tortura, um julgamento (classificado por ela como “teatro”), desprovido de qualquer proximidade com as regras do Direito, condenou-a a 15 anos de prisão. Em cartas à família,<sup>24</sup> Flávia expressava um pouco de seu cotidiano e da condição de reclusa. Nessas missivas, destacava-se um forte otimismo que, segundo ela,

<sup>20</sup> CORREA, op. cit., p. 15.

<sup>21</sup> CORREA, loc. cit.

<sup>22</sup> HÁ outro brasileiro preso em Montevidéu. Ver *Coojornal*, ano IV, n. 36, dezembro de 1978, p. 16.

<sup>23</sup> SCHILLING, Flávia. Re: Pesquisa para dissertação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisselecassol@yahoo.com.br> em 3 jun. 2007.

<sup>24</sup> SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Coojornal, 1979. Um ano depois, seria reeditado com o título “Querida liberdade”, pela editora Global.



[...] era para não aumentar a angústia familiar com a minha situação. Mas, junto com esta necessidade, era algo que me sustentava. Os militares verbalizavam claramente a situação das prisões políticas “as prisões políticas não são feitas para durar”. Sabíamos disso mas não imaginávamos que durariam tanto no Uruguai.<sup>25</sup>

Em 1973, teve início o regime de *rehenes*, que duraria até 1984. Flávia foi uma das vítimas. O seqüestro de prisioneiros de dentro das próprias prisões permitiu ao governo formar um grupo de reféns contra qualquer tipo de investida por parte da esquerda armada, especialmente dos *Tupamaros*, mesmo que, nesse momento, o grupo não tivesse mais força para realizar ações de grande envergadura.<sup>26</sup> O objetivo da política de reféns era de fato a destruição física e mental dos presos, haja vista as condições a que eram submetidos: incomunicabilidade total, troca de prisão, rodízio periódico de guardas, pouca comida, pouca luz, sem água, sanitários, cobertores ou colchões, e muita tortura e maus-tratos. No entender de Flávia, “foi uma estratégia inventada pelos militares, bastante aleatória, que nos deixou em situação de extrema insegurança durante dois anos”.<sup>27</sup> Questionada especificamente sobre a tortura, Flávia Schilling respondeu: “É um momento em que se descrê da condição humana como sendo humana”.<sup>28</sup>

Somente a partir de 1978, com o início da “abertura” da Ditadura Civil-Militar brasileira, foi possível divulgar o caso na imprensa nacional, de modo a cobrar das autoridades competentes providências para sua libertação. Flávia seria solta somente em 1980. Mesmo não tendo ligação direta com a detenção de Flávia, o governo brasileiro pouco ou nada fez em favor de sua libertação, mostrando dessa forma, no mínimo, cumplicidade e conivência com a situação desumana vivida por ela ao longo de praticamente uma década.

Flávio Tavares, em seu livro *Memórias do Esquecimento*,<sup>29</sup> testemunha a sua própria detenção, resultado da atuação da Operação Condor. Banido do Brasil em 1969, Tavares passou a residir na Argentina, como correspondente local do jornal *Excelsior*, em 1974. Durante esta estada, seu único documento era a carteira de identidade argentina para estrangeiros, que lhe permitia viajar apenas ao Uruguai.

<sup>25</sup> SCHILLING, mensagem cit., 2007.

<sup>26</sup> PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 567.

<sup>27</sup> SCHILLING, mensagem cit., 2007.

<sup>28</sup> SCHILLING, mensagem cit., 2007.

<sup>29</sup> Em seu livro de romance policial não-ficcional, Tavares narra, em excelente estilo literário, toda sua trajetória na cruzada contra a repressão ditatorial. Ver TAVARES, op. cit.

8

Em julho de 1977, os militares uruguaios prenderam um jornalista uruguaio correspondente do *Excelsior*. O jornal enviou Tavares ao Uruguai a fim de tratar da libertação de seu colega. Em menos de 48 horas, Flávio cumpriu sua missão. Nesse ínterim, também entrou em contato com jornais locais e com a Embaixada do México. Na primeira noite no Uruguai, houve um jantar na residência do adido cultural desta embaixada. Um dos convidados, um uruguaio de “nome” Oscar, descreveu para Tavares detalhes dos centros secretos de tortura do *Organismo Central de Operaciones Antisubversivas* (Ocoa), conhecido no meio militar como *logia de los siete hermanos*. A partir do comando do general Aguerondo, estruturava-se um complexo organograma, com nomes, dados, datas, mortes e desaparecimentos de uruguaios, que Flávio tratou de anotar.

Antes de embarcar no avião para a Argentina, Tavares foi chamado por um “funcionário”, alegando que seu cartão estava com problemas. Foi seqüestrado no aeroporto. No centro clandestino para onde o levaram, Flávio sofreu dois fuzilamentos simulados. Ao revistarem-no, encontraram o organograma feito na noite anterior. De posse disso, os militares acusaram-no de espionagem contra o Uruguai, e decidiram entregá-lo ao governo brasileiro. No início da semana seguinte, o seqüestro já havia se tornado público, e os militares brasileiros recusaram a oferta uruguaia. Assim, os militares uruguaios mantiveram-no preso por mais um tempo, torturando-o constantemente. Mediante apelos internacionais que provinham das mais diversas instituições (jornais *O Estado de S. Paulo* e *Excelsior*, da OAB, entre outros), e até mesmo do presidente dos EUA e do Papa Paulo VI, Flávio Tavares acabou sendo expulso do Uruguai, em janeiro de 1978, e exilou-se em Lisboa.<sup>30</sup>

Outros casos de colaboração entre as repressões brasileira e uruguaia não tiveram muita repercussão e parecem ser fruto da própria conjuntura política uruguaia, pois o fotógrafo Antônio Pires da Silva, que trabalhava em San Javier, Departamento de Río Negro, foi detido pelas *Fuerzas Conjuntas* sob a acusação de colaborar com um operativo de estocamento de armas, que supostamente auxiliariam o reingresso no Uruguai do líder do Partido Blanco, Ferreira Aldunate. Trancafiaram-no por um tempo no 9º Batalhão de Infantaria de Fray Bentos, onde sofreu constantes torturas. Em que pese a falta de provas, Antônio foi processado e condenado por “subversão” e, transferido para o *Libertad*, passaria novamente por sessões de tortura. A violência destas acabou por enviá-lo ao Hospital Militar.

---

<sup>30</sup> Ibid., p. 261.



9

Pouco tempo depois da divulgação, na imprensa brasileira, sobre a arbitrária condenação do fotógrafo, este foi libertado na fronteira Rivera-Livramento, em setembro de 1984. No total, foram cinco meses de prisão e torturas.<sup>31</sup>

Antônio Pires da Silva conheceu no cárcere uruguaio outro brasileiro, Rubem Malikovski, natural de Santa Cruz, Rio Grande do Sul. Malikovski estaria atrás das grades no Uruguai por participar de atividades “subversivas” junto aos *cañeros* e, não obstante, por suas ligações com Raúl Sendic, o inimigo número um do regime uruguaio. Sua pena: 30 anos de prisão.<sup>32</sup>

### 3.2 Uruguaios presos no Brasil

A ação dos operativos clandestinos entre os organismos de segurança brasileiro e uruguaio deu mostras de sua audácia também em território verde-amarelo. Sem dúvida, o caso de maior repercussão da época foi o seqüestro de Lilian Celiberti e de Universindo Diaz, juntamente com os dois filhos dela, Camilo, de 9 anos, e Francesca, de 3. O casal era militante do então proscrito Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), e estava residindo há em Porto Alegre, de modo legal, com o intuito de formar um canal de contato com militantes no Uruguai e de elaborar um dossiê sobre as violações de Direitos Humanos ocorridas naquele país.<sup>33</sup>

Em 1978, após negociações entre o Coronel Armas, da Companhia de Contra-Inteligência uruguaia e, acredita-se, o Coronel Rohrzetzer, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a execução da missão ficou a cargo do delegado Pedro Seelig,<sup>34</sup> delegado DOPS/RS. Munidos de informações extorquidas à base de torturas de integrantes do PVP no Uruguai, ingressaram no Brasil os capitães Eduardo Ferro e Glauco Yannone. Seus dados apontavam que haveria uma reunião do PVP na casa de Lilian. Como não sabiam o endereço dela, montaram dispositivos de controle em pontos estratégicos.

<sup>31</sup> PADRÓS, op. cit., p. 752-754.

<sup>32</sup> Ibid., p.753-754.

<sup>33</sup> FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul*. O caso Lilian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 205.

<sup>34</sup> Alinhado de “Fleury dos Pampas”, Pedro Seelig gabava-se de sua trajetória violenta. Esteve envolvido no assassinato do próprio filho de criação, Carlos Alberto Pinto Arévalo. Com a intenção de dar um “susto” no jovem, policiais a mando de Seelig o prenderam e levaram-no ao DOPS/RS, onde morreu devido à intensidade das torturas que sofreu. Seelig não foi condenado. Cf. Ibid., p. 107-108.

10

No domingo, 12 de novembro, Lilian pediu a Universindo que cuidasse das crianças, talvez até levassem-nas ao Beira-Rio para ver o jogo do Internacional. Ela iria à estação rodoviária receber uma companheira que chegaria à cidade. Ao entrar na rodoviária, foi barrada pelo Capitão Giannone. O interrogatório que começou na rodoviária teve continuidade no DOPS. Nua e encapuzada, Lilian foi espancada, sofreu afogamentos e recebeu choques elétricos nas orelhas e nos dedos das mãos.<sup>35</sup> A todo instante, seu pulso era tomado. Ao revistarem seus pertences, os policiais encontraram seu endereço. Rapidamente vestiram-na e rumaram para o apartamento. Lá chegando, prenderam Universindo e as crianças. Todos foram levados de volta ao DOPS, onde Lilian e Universindo<sup>36</sup> foram brutalmente torturados, inclusive por policiais brasileiros. À noite, os uruguaios foram transportados à fronteira. Ao chegar, as crianças foram entregues à Polícia uruguaia. Lilian, numa tentativa de ganhar tempo, conseguiu convencer os policiais sobre suas (falsas) intenções em colaborar com o regime, afirmando que teria um encontro marcado com um companheiro militante em Porto Alegre. De imediato, Lilian, Ferro e mais cinco policiais brasileiros retornaram à capital para armar uma emboscada.

Na sexta-feira, chegaram ao apartamento não integrantes do PVP, mas dois jornalistas da revista *Veja* que, através de um telefonema anônimo (de Hugo Cores), haviam sido informados sobre movimentações estranhas naquele endereço. Essa visita permitiu a posterior divulgação do seqüestro, forçando as autoridades envolvidas a encobrir o operativo com versões diversionistas, de modo a legalizar a situação dos uruguaios.

As crianças foram entregues à avó materna decorridas quase duas semanas após o seqüestro.<sup>37</sup> O casal esteve preso na Companhia de Contra-Inteligência, sendo posteriormente transferido para "El Infierno", como ficou conhecido o 13º Batalhão de Infantaria, base de operação do OCOA. Em 1980, Lilian foi enviada a *Punta Rieles* e Universindo, ao *Libertad*. No ano seguinte, o julgamento confirmou a pena de 5 anos de reclusão para ambos. No Brasil, a pedido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi montada uma CPI para investigar o caso. Somente Orandir Portassi Lucas e João Augusto da Rosa foram condenados. Mesmo tendo sido reconhecido por Camilo, Seelig escapou.

---

<sup>35</sup> CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Luci. *Meu quarto, minha cela*. São Paulo: L&PM, 1989, p. 12.

<sup>36</sup> Universindo apanhou tanto a ponto de não conseguir reconhecer seu rosto num espelho. Além dos espancamentos, foram-lhe aplicados choques elétricos e o brasileiro pau-de-arara. Cf. MARIANO, op. cit., p. 150.

<sup>37</sup> PADRÓS, op. cit., p. 761-765.

11

A colaboração repressiva vitimou outro uruguaio, Oscar Perez. Contudo, seu caso não teve repercussão na imprensa, permanecendo restrito aos órgãos de repressão dos dois países. Um documento expedido pelo DOPS/ RS confirma o intercâmbio de informações entre as ditaduras:

DOPS/RS  
06/01/76  
Assunto: Oscar Perez  
Confidencial  
PEDIDO DE BUSCA Nº 016/76/DBCI/DOPS/RS  
1. DADOS CONHECIDOS  
1.1. O nominado é uruguaio, sem outros dados de qualificação.  
2. DADOS SOLICITADOS:  
2.1. Informar se o nominado está preso na área.  
2.2. Atendimento com brevidade.  
2.3. Outros dados julgados úteis.<sup>38</sup>

O retorno foi rápido e preciso, confirmando oficialmente o êxito de outro operativo de cooperação entre as repressões:

DOPS/RS / 7ª Delegacia Regional de Polícia  
21/01/76  
Assunto: Oscar Perez  
Reservado  
INFORMAÇÃO 03/76  
Em atenção ao PB [Pedido de Busca] da Referência, transcrevemos o Radiograma Nº 50/76, recebido da D.P. de Santa Vitória do Palmar, como segue:  
“INFORMAMOS QUE OSCAR PEREZ FOI PRESO PELO EXÉRCITO A CERCA DE 2 MESES ATRÁS VG E ENTREGUE MEDIANTE RECIBO LOGO EM SEGUIDA A POLÍCIA URUGUAIA PT SDS - BEL. ALAMYR U. G. MADRUGA - DEL. POLÍCIA”  
É a informação.<sup>39</sup>

Ao que parece, nem tudo que ocorreu dentro do período de vigência da Operação Condor esteve ligado diretamente a ela. Os casos a seguir indicam que a anulação dos limites político-geográficos entre Brasil e Uruguai tornou-se uma prática bastante usual entre as polícias fronteiriças. A impressão que se tem é de que essas ações ilegais aconteciam bastante à parte do sistema da Condor: aparentam ser casos meramente locais, quando muito regionais. Em 1979, um artigo publicado na revista *Isto É* noticia a prisão arbitrária do uruguaio

<sup>38</sup> Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo Secretaria da Segurança Pública. Subfundo Polícia Civil - Departamento de Polícia do Interior - 7ª Região Policial - Delegacia Regional de Rio Grande - SOPS - SOPS/RG - 1.1.381.3.1.

<sup>39</sup> Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo Secretaria da Segurança Pública. Subfundo Polícia Civil - Departamento de Polícia do Interior - 7ª Região Policial - Delegacia Regional de Rio Grande - SOPS - SOPS/RG - 1.1.210.2.1.

12

Asdrúbal Moreira Fontoura Cardoso, uruguaio radicado há muitos anos no Brasil.<sup>40</sup> Asdrúbal possuía um armazém em Coxilha Negra, cerca de 40 metros da linha divisória entre os dois países. Às 6h da manhã do dia 15 de fevereiro, o chefe de polícia Martín Martínez e mais cinco homens, todos armados, invadiram a casa de Asdrúbal questionando-lhe sobre onde estavam alguns animais do uruguaio Damasco, fazendeiro vizinho. Este respondeu que não sabia onde estava o gado do vizinho e nem onde estavam algumas reses suas, desaparecidas há alguns dias, justificando que era corriqueiro o fato de o gado misturar-se. Como se sua fala fosse uma confissão de culpa, o comerciante foi cercado pelos policiais, que o derrubaram e, a socos e empurrões, o colocaram dentro da viatura. Levado à delegacia de Tranqueras,

Asdrúbal foi colocado contra a parede e deixado com as pernas abertas e os braços estendidos em forma de T [“Plantão”]. Meia hora depois, quando os músculos começam a cansar e naturalmente seus braços pendiam para baixo, Asdrúbal passou a receber socos cada vez que deixava seus braços descerem. O comissário só queria saber [...] onde estavam as vacas do fazendeiro Damasco, [...] obter a informação nem que precisasse utilizar a CAPUJA – o temido pau-de-arara brasileiro.<sup>41</sup>

A pressão política sobre as autoridades estaduais e nacionais obteve a libertação de Asdrúbal em Rivera. Entretanto, para liberá-lo, a polícia uruguaia redigiu um documento confirmando que a prisão se deu na linha divisória, o qual foi assinado por ele, por medo de sofrer mais torturas. Sua liberação se deu no dia seguinte, 16, à tarde.

O autor do artigo acima referido afirmou categoricamente que,

[...] sempre que quiser, a polícia uruguaia pode penetrar tranquilamente em território brasileiro para prender pessoas que supostamente cometeram crimes no Uruguai. Uma prática em alguns momentos até aprovada por autoridades do lado brasileiro.<sup>42</sup>

Antes mesmo da configuração dos regimes de Segurança Nacional, havia a existência de um acordo informal entre as polícias fronteiriças que, em caso de denúncia de furto de gado, previa a livre atuação de policiais estrangeiros numa faixa de dez quilômetros a partir da linha divisória. E devido a esse acerto repressivo, é muito provável que tenha se tornado extremamente fácil e simples a atuação dessas polícias na região lindeira, pois vários outros uruguaios com visto permanente no Brasil foram presos, acusados de furto e contrabando de gado na fronteira, entre os anos de 1977 e 1978.<sup>43</sup>

<sup>40</sup> PEREIRA, Tomás. Outro seqüestro: é só entrar e levar. In: *Isto É*, 28/02/1979, p. 26-27. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Arquivo Pessoal Omar Ferri (APOF). Cx 1. S/ Data/ Diversos de 1965 a 1979.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>43</sup> PADRÓS, op. cit., p. 754.

13

Edgar Alonso de Mendonça, dono de uma fábrica de farinha de ossos, esteve preso por um mês no Uruguai. Nessa mesma situação esteve ainda o comerciante Pedro Octávio Araújo, durante seis meses e, por um mês, ficou preso também seu funcionário, Alberto dos Santos. Outro comerciante, chamado Juan W. Proti, ficou detido por uma semana. Registre-se que todos foram torturados durante sua estada nos cárceres uruguaios.<sup>44</sup> Ainda, é certo que ocorreram outros casos nas fronteiras semelhantes a estes acima relatados. No entanto, não há um estudo sistematizado sobre isso ou boas fontes de pesquisa que possam fornecer dados seguros sobre essas detenções ilegais.

## Referências

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar*. Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Luci. *Meu quarto, minha cela*. São Paulo: L&PM, 1989.

CORREA, Alfonso. Uruguay-Brasil: el fin de las fronteras policiales. In: *Marcha*. Montevideo, 28 nov. 1969.

FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul*. O caso Lilian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GUTIÉRREZ, Claudio. *A guerrilha Brancaléone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

\_\_\_\_\_: depoimento [fev. 2007]. Entrevistadora: Gissele Cassol. Porto Alegre, 2007. 67,6 Mb.

HÁ outro brasileiro preso em Montevideú. Ver *Coojornal*, ano IV, n. 36, dezembro de 1978.

IGLESIAS, Simone. Fleury deu a ordem final, diz ex-agente. In: *Folha de São Paulo*, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200804.htm>>.

\_\_\_\_\_. Goulart foi morto a pedido do Brasil, diz ex-agente uruguaio. In: *Folha de São Paulo*, 27 jan. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2701200802.htm>>.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.

MARIANO, Nilson. *As garras do Condor*. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

---

<sup>44</sup> Ibid., p. 754 -755.

14

PEREIRA, Tomás. Outro seqüestro: é só entrar e levar. In: *Isto É*, 28/02/1979.

SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Coojornal, 1979.

\_\_\_\_\_. Re: Pesquisa para dissertação [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gisselecassol@yahoo.com.br> em 3 jun. 2007.

TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. 3 ed. São Paulo: Globo, 1999.